



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

TÂNIA MARIA ZAMBIRIM

**REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990
E A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ATUALIDADE:
DIFERENTES FORMAS E SIGNIFICADOS DE
PARTICIPAÇÃO**

**LONDRINA
2009**

TÂNIA MARIA ZAMBIRIM

**REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990
E A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ATUALIDADE:
DIFERENTES FORMAS E SIGNIFICADOS DE
PARTICIPAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pedagogia da UEL - Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para conclusão do curso de graduação em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ms. Ana Lucia Ferreira
Aoyama

**LONDRINA
2009
TÂNIA MARIA ZAMBRIM**

REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990 E A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA ATUALIDADE: DIFERENTES FORMAS E SIGNIFICADOS DE PARTICIPAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Pedagogia da UEL - Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para conclusão do curso de graduação em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Ana Lucia Ferreira Aoyama
(Orientadora)
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Ms. Isabelle Fiorelli Silva
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Dra. Marleide R. da Silva Perrude
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, 11 de Novembro de 2009.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por sua presença constante em minha vida, iluminando meus pensamentos e me ajudando a vencer todos os obstáculos encontrados durante a minha formação, pois sem a benção Dele, tenho certeza que não teria conseguido.

À minha mãe, Edna, por ser minha parceira e me acompanhar durante toda essa longa jornada. Obrigada pelo incentivo e pela admiração desse Curso que agora tenho o orgulho em concluir. Obrigada pelas inúmeras noites que me esperou acordada para ouvir, atenta, as novidades que a faculdade proporcionava a cada avaliação, a cada trabalho entregue. Obrigada mãe pelos sacrifícios que você fez em razão da minha educação. Eu sei que não foram poucos. Obrigada por tudo.

À minha irmã, Tatiane, pelo incentivo, pelas trocas de experiências, pelas risadas nos momentos difíceis, pelo carinho, enfim, por tudo que fez por mim ao longo desses anos.

Ao meu noivo Paulo, pelo amor, pela paciência e pela compreensão em meus momentos de ausência. Obrigada por ser um anjo de Deus em minha vida.

Aos meus queridos amigos, pelo incentivo, pelo carinho, e pelo companherismo em toda esta caminhada. Obrigada por ouvirem minhas lamentações e sempre estarem ao meu lado.

À minha orientadora, Ana Lucia Ferreira Aoyama, pela paciência, pelo carinho, e pela sabedoria com que me conduziu na elaboração desse trabalho.

*À minha família e ao meu noivo Paulo,
Pessoas muito especiais em minha vida.
Aos meus amigos, companheiros queridos.
À minha orientadora Ana Lucia Ferreira
Aoyama, que me acolheu e me conduziu com
carinho nessa etapa da minha vida.*

ZAMBRIM, Tânia Maria. **Reforma do Estado brasileiro na década de 1990 e a atuação da sociedade civil na atualidade: diferentes formas e significados de participação**. 2009. 44 folhas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar em que medida a reforma do Estado brasileiro contribuiu para a ampliação da participação da sociedade civil em ações educativas a partir da década de 1990. Partimos do pressuposto de que os idealizadores da reforma utilizaram um discurso pautado em princípios neoliberais, no qual, ressaltavam de forma explícita a transferência de responsabilidades sociais da alçada do Estado para a da sociedade civil, enfatizando princípios de solidariedade e voluntariado na execução dos serviços sociais. Para tanto, foi realizado um estudo bibliográfico e análise qualitativa, com o intuito de verificar na literatura subsídios para a compreensão do problema de pesquisa apresentado. O estudo realizado permitiu o conhecimento dos condicionantes que embasaram a reforma do Estado, assim como seus desdobramentos em relação à participação expressiva da sociedade no desenvolvimento de ações em diversos campos, e, em especial, na área da educação, seja no âmbito formal ou não-formal. Assim sendo, em relação à educação, observamos que o ideal neoliberal presente no discurso da reforma é contrário a garantia do direito a educação de qualidade para todos e aos interesses dos setores socialmente excluídos. Porém, constatamos que a mudança dessa realidade, só pode ocorrer através de uma postura política de questionamento e problematização das políticas estatais que atingem o sistema educacional brasileiro.

Palavras-Chave: Reforma de Estado. Terceiro setor. Educação. Educação não-formal. Participação da sociedade civil.

ZAMBRIM, Maria Tânia. **Reform of the Brazilian state in the decade of 1990 and the performance of the civil society in the present time: different forms and meanings of participation.** 2009. 44 leaves. Work of Conclusion of Course (Graduation in Pedagogia) – Center of Education, Communication and Arts. State University of Londrina. Londrina, 2009.

ABSTRACT

This study aims to examine to what extent the reform of the Brazilian state contributed to the expansion of civil society participation in educational activities from the 1990s. We assume that the framers of the reform using a discourse ruled by neoliberal principles, on which side stressed explicitly the transfer of social responsibilities within the jurisdiction of state for civil society, emphasizing the principles of solidarity and volunteering in the implementation of social services. Therefore, we performed a bibliographic study and qualitative analysis in order to check the literature help us to understand the research problem presented. This study allowed the knowledge of the conditions that provided the basis for state reform, as well as its implications in relation to the significant participation of society in the development of actions in various fields, and in particular in education, whether in formal or non-formal. Thus, in relation to education, we observed that the ideal in this neoliberal discourse of reform is opposed to guaranteeing the right to quality education for all and the interests of socially excluded sectors. However, we found that the change that reality, can only occur through a political stance of inquiry and questioning of state policies that affect the Brazilian educational system.

Word-Key: Reform of State. Third sector. Education. Non-formal education. Participation of civil society.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 CAPÍTULO I Reestruturação capitalista, ideário neoliberal e reforma do Estado brasileiro: impactos na educação a partir da década de 1990.....	11
2.1. A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS: UMA BREVE REFLEXÃO	11
2.2. IDEÁRIO NEOLIBERAL: BASE PARA A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO.....	13
2.3. A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO.....	15
3 CAPÍTULO II Terceiro setor e sua configuração pós reforma do Estado brasileiro: influência no campo da educação não-formal	20
3.1. TERCEIRO SETOR: UMA BREVE REFLEXÃO	20
3.2. MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs): UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO	24
3.3. AS ONGs E SUA ATUAÇÃO EM AÇÕES EDUCATIVAS NÃO FORMAIS	27
4 CAPÍTULO III Participação da sociedade civil em ações educativas: aproximações necessárias para a compreensão do significado da participação no contexto atual	29
4.1. A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ANTES DA REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990	29
4.2. O QUE É PARTICIPAÇÃO? PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO	30
4.3. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO EDUCATIVO	33
4.4. PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL APÓS A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: UMA NOVA FORMA DE PARTICIPAR E INTERVIR NA ÁREA SOCIAL OU UMA FORMA DE ESVAZIAR O SIGNIFICADO DA PARTICIPAÇÃO?	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	42

1 INTRODUÇÃO

A motivação para a realização desse estudo que tem como tema a participação da sociedade civil em ações educativas, surgiu após várias leituras realizadas durante o curso de Pedagogia e, mais precisamente, no quarto ano, em que tivemos a disciplina de “Trabalho pedagógico em espaços de educação não-formal”, tornando possível identificar a importância em compreender o contexto atual da sociedade capitalista, no qual a participação da sociedade civil se torna mais um conceito esvaziado de sentido.

Partimos do entendimento de que a reestruturação capitalista, o ideário neoliberal e a reforma do Estado são elementos que nortearão o tom da participação da sociedade civil nos moldes do modelo econômico em vigência.

Em relação ao tema apresentado, é possível identificar sua relevância no que tange ao trabalho do pedagogo, pois este deve compreender o significado que é esperado da participação da sociedade civil na atualidade, seja no que se refere ao desenvolvimento de ações educacionais em âmbito formal ou em âmbito não-formal.

Aos futuros pedagogos, o conhecimento acerca do referido tema se faz importante, pois oferece subsídios para a compreensão das transformações de ordem econômica, política e ideológica, gestadas principalmente nos anos de 1990 no contexto de reforma do Estado brasileiro, as quais, desencadearam o discurso da participação da sociedade civil na área social, em especial na educação.

O estudo desse tema ainda pode ser relevante no âmbito social, pois a partir do momento em que um indivíduo está ciente do significado de sua participação no contexto atual, este poderá intervir, na medida do possível, em sua realidade. Considerando a análise realizada por Aoyama, Silva e Perrude (2003), entendemos que a participação deve se tornar a matriz para a construção de uma sociedade democrática e participativa.

A partir do tema escolhido, delimitamos como problema de estudo compreender, em que medida a reforma do Estado brasileiro tem contribuído para a ampliação da participação da sociedade civil no desenvolvimento de ações educativas a partir da década de 1990?

Diante do problema proposto para o estudo, elencamos como objetivo geral: analisar a reforma do Estado brasileiro na década de 1990 e os seus desdobramentos em relação ao terceiro setor. Assim sendo, os objetivos específicos pautaram-se em: compreender os condicionantes que embasaram a reforma do Estado brasileiro na década de 1990; analisar a reforma do Estado brasileiro na década de 1990; compreender como tem se configurado o terceiro setor a partir da reforma do Estado e sua influência na educação não-formal, e por fim, compreender o sentido da participação da sociedade civil na área social, mais precisamente, no âmbito educativo.

A abordagem metodológica utilizada para análise nesse trabalho é de cunho qualitativo. Trata-se de um estudo bibliográfico por entendermos que seja adequado para a análise e compreensão do objeto de estudo em questão.

O trabalho é composto por três capítulos. O primeiro capítulo contempla a discussão acerca dos fatores econômicos, políticos e sociais que serviram de base para a consolidação da reforma do Estado brasileiro na década de 1990, cujo intuito será apresentar os elementos que guiaram à reforma. No segundo capítulo, apresentamos o que vem a ser o terceiro setor e sua configuração após a reforma do Estado, destacando o envolvimento deste no desenvolvimento de ações educativas. Já no terceiro capítulo, explicitamos como se dava a participação da sociedade civil no período anterior a reforma, assim como no período posterior a instauração da mesma, ressaltando a participação expressiva da sociedade civil na execução de serviços anteriormente delegados ao Estado, em especial na área da educação. Por fim, nas considerações finais, retomamos as principais idéias trabalhadas com vistas a demonstrar os resultados obtidos com a realização desse estudo.

2 CAPÍTULO I - REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA, IDEÁRIO NEOLIBERAL E REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: IMPACTOS NA EDUCAÇÃO A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

A discussão apresentada neste capítulo tem por objetivo subsidiar as análises desenvolvidas nos capítulos posteriores, pois parte-se do entendimento de que a reestruturação capitalista, o ideário neoliberal e a reforma realizada pelo Estado brasileiro a partir da década de 1990 possibilitam uma nova forma de relação entre Estado e sociedade civil e altera consideravelmente o cenário educativo atual.

2.1 A REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E SEUS DESDOBRAMENTOS: UMA BREVE REFLEXÃO

Antunes (2001) destaca que a partir dos anos de 1970, vivencia-se um quadro de crise estrutural do capital, que se abateu sobre o conjunto das economias capitalistas. A referida crise fez com que o capital implementasse um grande processo de reestruturação, objetivando a recuperação do ciclo de reprodução do mesmo, o que acabou afetando fortemente o mundo do trabalho.

Segundo Harvey (1994) o capital articula suas bases materiais para enfrentar tal crise, exigindo assim, uma reestruturação do processo produtivo, que passa a se fundamentar em formas de produção flexíveis, baseadas na inovação tecnológica e em novas formas de gestão da produção e do trabalho. Esta reestruturação implica em um conjunto de transformações “no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política a ele associado” (HARVEY, 1994, p. 117).

Nessa perspectiva, o processo de reestruturação capitalista indica a emergência de um novo modo de desenvolvimento capitalista, este de acordo com Harvey (1994) estaria pautado na introdução de formas mais flexíveis de contratação e do uso da força de trabalho, marcadas por um confronto com a rigidez do fordismo.

Este novo modelo, denominado por Harvey (1994) de acumulação flexível, tem por objetivo a flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Caracteriza-se ainda:

[...] pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional [...]. (HARVEY, 1994, p. 140)

Uma característica relevante a ser destacada, segundo o autor, é que:

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. (HARVEY, 1994, p. 140).

Harvey (1994) complementa o raciocínio acima apresentado, enfatizando que a acumulação flexível implica diretamente na disseminação do desemprego estrutural, envolvendo rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical, muito influente no regime fordista.

Antunes (2001) aponta algumas conseqüências do padrão produtivo denominado de acumulação flexível, entre as quais, destacam-se: a crescente diminuição do proletariado fabril estável, proveniente da era fordista; o incremento do novo proletariado, composto por terceirizados e subcontratados; o aumento considerável do trabalho feminino; a exclusão de jovens e idosos do setor de serviços e a inclusão de crianças, entre outras.

De acordo com o autor acima citado, a classe trabalhadora tornou-se mais heterogênea, fragmentada e complexa, pois passou a ser dividida entre: “trabalhadores qualificados e desqualificados, do mercado formal e informal, jovens e velhos, homens e mulheres, estáveis e precários [...]”. (ANTUNES, 2001, p. 23).

Antunes (2001) também destaca que o neoliberalismo e a reestruturação produtiva na era da acumulação flexível, dotados de forte caráter destrutivo, têm acarretado, entre tantos aspectos negativos, a expansão do

desemprego estrutural e uma enorme precarização da força humana de trabalho, pois, destroçam-se os direitos sociais brutalizando homens e mulheres que vivem do trabalho.

Na seqüência apresentaremos os princípios norteadores do ideário neoliberal e as conseqüências que podem ser percebidas pela sociedade em decorrência deste ideário.

2.2 IDEÁRIO NEOLIBERAL: BASE PARA A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

Segundo Gentili (1995), muito se tem escrito a respeito do neoliberalismo, porém, há um aspecto de fundamental importância para a compreensão do sentido que o mesmo adquire no contexto mais amplo do sistema mundial:

[...] o neoliberalismo expressa uma saída política, econômica, jurídica e cultural específica para a crise hegemônica que começa a atravessar a economia do mundo capitalista como produto do esgotamento do regime de acumulação fordista iniciado a partir do fim dos anos 60 e começo dos 70 [...]. (GENTILI, 1995, p. 230).

Gentili (1995) complementa o raciocínio acima apresentado, quando afirma que este tipo de resolução ou “saída” para o esgotamento do regime de acumulação fordista, definirá um processo de reestruturação do capitalismo em âmbito global, tendo como conseqüência a imposição de uma nova estrutura hegemônica político-ideológica condizente com o ciclo que se inicia, o qual envolve o modo de produção denominado acumulação flexível.

Vieira (1998) destaca que a chegada do neoliberalismo no Brasil, assim como em outros países do mundo, ocorre no âmbito do questionamento do papel do Estado como instância principal no processo produtivo. O ideário neoliberal surge como resposta à crise do sistema capitalista de produção, tendo o mercado como seu agente primordial. A mediação da intervenção estatal, até então tida como mecanismo para evitar as crises econômicas, passou a ser vista como um obstáculo ao desenvolvimento da economia.

O ideário neoliberal acaba por orientar os encaminhamentos dados às políticas sociais no Brasil. Devido a isso, a tese do Estado mínimo passa a ser firmemente disseminada e o mercado então, começa a se solidificar como a melhor e mais eficiente instância de alocação de recursos. Essa idéia foi amplamente divulgada, conforme aponta Schneider:

Em lugar de ideologia, os neoliberais têm conceitos. Gastar é ruim. É bom ter prioridades. É ruim exigir programas. Precisamos de parcerias, não de governo forte. Falem de necessidades nacionais, não de demandas de interesses especiais. Exijam crescimento, não distribuição. Acima de tudo, tratem do futuro. Repudiem o passado. Ao cabo de pouco tempo as idéias neoliberais começam a soar como combinações aleatórias de palavras mágicas. (SCHNEIDER, 1989 apud DRAIBE, 1993, p. 89).

Para Draibe, o neoliberalismo no que concerne às políticas sociais, de início, quase que poderia ser resumido como corte do gasto social, desativação dos programas e efetiva redução do papel do Estado. Neste sentido, a autora argumenta:

[...] as proposições no campo social foram basicamente aquelas que inspiraram os governos de Thatcher e Reagan: as tentativas de desestabilização dos pilares do Welfare State, reduzindo a universalidade e os graus de cobertura de muitos programas sociais, “assistencializando” – isto é, retirando do campo dos direitos sociais – muitos dos benefícios e, quando puderam, privatizando a produção e a distribuição ou ambas as formas públicas de provisão dos serviços sociais. Na base de tal “redirecionamento” estava a vontade de quebrar a espinha dorsal dos sindicatos e dos movimentos organizados da sociedade. (DRAIBE, 1993, p. 92).

Ao mesmo tempo em que há o fortalecimento desse novo modelo de desenvolvimento econômico (neoliberalismo), houve a influência dos organismos internacionais em relação ao seu poder de atuar, tanto de forma direta quanto indireta, no direcionamento das políticas públicas e das reformas realizadas pelos governos de cunho neoliberal, sendo a educação uma delas. Diante disso, Vieira (1998) ressalta que,

No campo educacional, a agenda neoliberal é introduzida por organismos internacionais como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que já no início dos anos 80 concebem programas de avaliações dos sistemas de ensino e de projetos de reforma em diversos países da América Latina [...]. (VIEIRA, 1998, p. 28).

A influência da política neoliberal na condução das políticas públicas por parte do Estado brasileiro, também pode ser observada através da implementação de mecanismos de transferência de responsabilidades para o setor público não-estatal, ou seja, para a sociedade civil denominada de terceiro setor, deixando a cargo desta a manutenção de serviços principalmente na área social (educação e saúde). Diante disso, Viriato (2004) afirma que,

Na verdade, por trás da transferência de responsabilidades está o esvaziamento dos direitos dos cidadãos; a criação da cultura da responsabilização do indivíduo por sua situação ou condição social, e uma nova forma de enfrentar os problemas: a solidariedade e o voluntariado, ou seja, o processo de redefinição do espaço público estatal e sua “publicização” ganham sustentação com o denominado terceiro setor (VIRIATO, 2004, p. 6).

Viriato (2004) ainda afirma que as políticas públicas estão sendo filantropizadas, pois o terceiro setor consiste em uma forma jurídica de substituir as políticas públicas, atendendo assim, a consolidação do público não-estatal, a efetivação da denominada “publicização”, ou seja, sutilmente transfere-se da lógica do público estatal para a esfera do público não-estatal.

Por meio do raciocínio apresentado por Viriato (2004), é possível visualizar alguns princípios norteadores da reforma implementada pelo Estado no ano de 1995, os quais se referem exclusivamente à desresponsabilização do Estado no trato das questões sociais e a conseqüente responsabilização do indivíduo, enfatizando aspectos como a solidariedade e o voluntariado, os quais acabam tornando-se funcionais aos ideais da reforma. A respeito do processo de reforma do Estado brasileiro, a seguir serão apresentadas suas principais características.

2.3 A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO

Viriato (2004) destaca que em 1995, após a eleição e posse de Fernando Henrique Cardoso, o governo dedica-se em promover a reforma da administração pública. Sendo assim, o presidente da República transforma a Secretaria da Administração Federal em Ministério da Administração Federal e

Reforma do Estado (MARE), o qual teve como ministro o professor Luiz Carlos Bresser Pereira.

Rizzotto e Conterno (2001) ressaltam que na década de 1990, o Estado brasileiro passou por um amplo processo de redefinição e de reformas, que embora centrado no âmbito administrativo-institucional, teve repercussões nos setores econômico, político e ideológico, ocasionando a redefinição das funções do Estado em todas as suas dimensões. Para os idealizadores das reformas, o Estado brasileiro havia se ampliado para além de sua capacidade financeira e operacional, desviando-se, portanto, de suas funções primordiais, o que teria colaborado para o agravamento das sucessivas crises econômicas. Para tanto, haveria a necessidade de reformá-lo, reduzindo o seu tamanho e tornando-o hábil a desempenhar as funções que competem à sua alçada, “dar assistência mínima àqueles que se encontram excluídos do mercado, manter o direito de propriedade, responsabilizar-se pela segurança e exercer ação reguladora.” (RIZZOTTO; CONTERNO, 2001, p. 73).

O documento da Presidência da República intitulado “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado” (1995), propõe a “reconstrução e redefinição da administração pública em bases modernas e racionais, destacando e valorizando a descentralização da administração e o controle dos resultados das ações e serviços do Estado.” (RIZZOTTO; CONTERNO, 2001, p. 74).

O documento acima citado define que um dos aspectos centrais de seu conteúdo é “o fortalecimento do Estado para que sejam eficazes sua ação reguladora, no quadro de uma economia de mercado, bem como os serviços básicos que presta e as políticas de cunho social que precisa implementar.” (BRASIL, 1995, p. 9-10). Apresenta, ainda, uma crítica ao modelo de Estado em vigência, pautado em princípios racional-burocráticos e limitado a:

[...] padrões hierárquicos rígidos e ao concentrar-se no controle dos processos e não dos resultados, revelou-se lento e ineficiente para a magnitude e a complexidade dos desafios que o país passou a enfrentar diante da globalização econômica. (BRASIL, 1995, p. 10).

Nesse documento está presente o tipo de administração pública que se almeja, segundo os seus idealizadores,

Este “Plano Diretor” procura criar condições para a reconstrução da administração pública em bases modernas e racionais [...]. É preciso, agora, dar um salto adiante, no sentido de uma administração pública que chamaria de “gerencial”, baseada em conceitos atuais de administração e eficiência, voltada para o controle dos resultados e descentralizada para chegar ao cidadão, que numa sociedade democrática, é quem dá legitimidade às instituições e que, portanto, se torna “cliente privilegiado” dos serviços prestados pelo Estado. (BRASIL, 1995, p. 10).

A administração pública gerencial inspira-se, de acordo com este documento, na administração de empresas. Esse tipo de administração concebe o cidadão como contribuinte de impostos e como cliente de seus serviços. Assim sendo, os resultados da ação do Estado são vistos como bons, não pelo fato dos processos administrativos estarem sob controle, mas porque, conforme o documento, “as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas” (BRASIL, 1995, p. 23).

Ainda de acordo com esse documento,

[...] o paradigma gerencial contemporâneo, fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à criatividade. (BRASIL, 1995, p. 23).

As mudanças na esfera das funções do Estado brasileiro desde a década de 1990 se revelam de modo mais específico através das orientações propostas pelo Plano Diretor, no qual é apresentada a nova forma de atuação: “o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais, como a educação e a saúde”. (BRASIL, 1995, p. 13).

Bresser Pereira (2001), em referência ao novo papel do Estado frente a esse processo de reforma, ressalta que:

[...] Seu novo papel é o de facilitar que a economia nacional se torne internacionalmente competitiva. A regulação e a intervenção continuam necessárias na educação, na saúde, na cultura, no desenvolvimento tecnológico, nos investimentos em infra-estrutura, uma intervenção que não compense os desequilíbrios distributivos provocados pelo mercado globalizado, mas principalmente que capacite os agentes econômicos a competir em nível mundial. (PEREIRA, 2001, p. 237).

Tendo como referência critérios de ordem gerencial, considerados os mais pertinentes para a constituição de um Estado moderno e eficiente, as medidas administrativas presentes no Plano Diretor, apresentam mudanças significativas, as quais, para que sejam efetivadas, devem basear-se em estratégias guiadas pela autonomia, competitividade e concorrência, sem perder de vista a condição principal de redução de custos.

Nesse sentido, a administração descentralizada, um dos princípios propostos pela reforma, seria favorável à atuação de parcelas da sociedade civil junto a esferas estatais específicas. Através de um discurso fundamentado na necessidade de uma maior aproximação entre Estado e sociedade civil, o Estado efetiva um passo decisivo em relação à redução de sua interferência no âmbito da oferta dos serviços sociais, passando então à chamada descentralização, que seria efetivada na esfera dos serviços “não-exclusivos” do Estado, em relação aos quais, de acordo com o Plano Diretor, “as instituições desse setor, não possuem poder de Estado”. Este, entretanto, está presente porque os serviços envolvem direitos fundamentais, como os da educação e da saúde [...]” (BRASIL, 1995, p. 52-53).

Em virtude dessas considerações, cabe ressaltar que a reforma realizada pelo Estado brasileiro esteve pautada por princípios neoliberais, e estes, como já visto, afetaram de forma nociva o setor social, em especial os encaminhamentos dados à educação, que obedecem a preceitos advindos de organismos internacionais, como exemplo, o Banco Mundial.

Em se tratando do direcionamento dado pelos organismos internacionais, Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), apontam que o Banco Mundial destaca-se tanto na venda como no financiamento de projetos educacionais para diversos países, porém, exige que suas “condicionalidades” sejam respeitadas, entre as quais, recomenda:

[...] mais atenção aos resultados, sistema de avaliação da aprendizagem, inversão em capital humano atentando para a relação custo-benefício; propõe, além da descentralização da administração das políticas sociais, maior eficiência no gasto social, maior articulação com o setor privado na oferta da educação. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 74).

De acordo com as autoras acima citadas, o Banco Mundial tem como foco em seus projetos a defesa da educação básica como elemento central para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho que, por sua vez, estaria

exigindo novas competências. Essas competências referem-se a: [...] capacidade de abstração e agilidade de raciocínio, capacidade de comunicação e de tomar decisões sobre assuntos diversos, criatividade, capacidade de adaptação e trabalho em grupo [...]. (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 82). As autoras, afirmam que segundo essa perspectiva, tais competências, supostamente requeridas pelo novo padrão produtivo (acumulação flexível), deveriam ser formadas na educação básica.

Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), ainda ressaltam que o Banco Mundial seguindo o mesmo rumo que outros organismos internacionais, busca a adequação dos objetivos educacionais às novas exigências do mercado internacional e interno, favorecendo a consolidação do processo de formação do cidadão produtivo.

Silva Júnior (2002) faz uma consideração no que tange a situação da educação frente a esse processo de reforma do Estado, a saber:

A educação mercantiliza-se em todos os seus aspectos segundo a mesma matriz teórico-político-ideológica do Estado, na sua gestão e no seu conteúdo curricular, ambos baseados e legitimados pela ausência de sensibilidade com o social [...] (SILVA JÚNIOR, 2002, p. 35).

Desta forma, cabe ressaltar que a reforma do Estado trouxe sérias implicações para o setor educacional, entre as quais, merece destaque: a proliferação em grande escala de instituições privadas de ensino, a ênfase na individualidade, na competição, na eficiência, na formação do cidadão produtivo, a atenção expressiva aos resultados da aprendizagem, através dos sistemas de avaliação, como já citado anteriormente por Shiroma, Moraes e Evangelista (2002), entre outras.

Diante do exposto, conclui-se que a reforma instituída pelo Estado brasileiro nos anos de 1990 deixou marcas negativas e profundas em todos os setores da sociedade, podendo ser destacada em especial, a participação da sociedade civil no âmbito das ações educativas.

3 CAPÍTULO II – TERCEIRO SETOR E SUA CONFIGURAÇÃO PÓS REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: INFLUÊNCIA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

O objetivo pretendido no desenvolvimento desta parte do trabalho é apresentar e contextualizar a composição do terceiro setor e entender a sua configuração após a reforma do Estado, bem como apresentar sua influência em ações educativas não-formais.

3.1 TERCEIRO SETOR: UMA BREVE REFLEXÃO

Fernandes (1997) ressalta que o termo terceiro setor foi traduzido do inglês (*third sector*), e faz parte do vocabulário sociológico predominante nos Estados Unidos. No Brasil, este termo começou a ser usado por alguns círculos restritos, como exemplo, o GIFE (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas).

De acordo com estudo realizado por Cordeiro, Nasser e Galhardi¹ (2004), a filantropia está na origem da atuação do terceiro setor, que, por sua vez, é um fenômeno bem mais antigo. No Brasil, data do século XVI o início das ações filantrópicas com o surgimento das Santas Casas de Misericórdia, as quais atuam no país até hoje. Institucionalizou-se a partir daí o atendimento a pessoas carentes.

Segundo os autores acima citados, o termo terceiro setor é recente no Brasil, ele passou a ser utilizado a partir da década de 1990 para denominar as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária, que atuam na área social objetivando a solução de problemas sociais.

Viriato (2004) destaca que o terceiro setor é um conceito abrangente e difuso, pois agrupa instituições da sociedade civil, sem fins lucrativos, não regidas pelas leis do mercado e caracterizadas pelo atendimento dos interesses coletivos.

¹ De acordo com estudo realizado e publicado nos Cadernos Setoriais nº 12 (2004), cuja versão original pode ser consultada no *site* <www.codel.londrina.pr.gov.br>.

“ONGs, Fundações, Associações, Entidades, enfim, todas as instituições jurídicas que atuam em prol do “bem comum”, “sem fins lucrativos”, pertencem ao terceiro setor”. (VIRIATO, 2004, p. 6).

Para Fernandes (1997), o terceiro setor pode ser definido como:

[...] organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais de caridade, da filantropia, do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil. (FERNANDES IN: VIRIATO, 2004, p. 07).

Fernandes (1994) afirma que a idéia de um terceiro setor supõe um primeiro e um segundo, assim sendo, faz referência ao Estado e ao mercado. A referência, portanto, é indireta, obtida através da negação, nem governamental, nem lucrativa. Nas suas palavras, o conceito de terceiro setor “[...] designa simplesmente um conjunto de iniciativas particulares com um sentido público”. (FERNANDES, 1994, p. 127).

Para Montaño (2003), o terceiro setor teria vindo para solucionar um problema de dicotomia entre o público e o privado. Nesse caso, o público é entendido como o Estado e o privado como o mercado. Com isso, diante de um Estado em crise e de um mercado cuja lógica é lucrativa, nenhuma das esferas poderiam dar conta das demandas sociais. Diante desses aspectos,

O “terceiro setor” seria a articulação/intersecção materializada entre ambos os setores: “o público porém privado”, a atividade pública desenvolvida pelo setor privado [...] e/ou a suposta superação da equiparação entre o público e o Estado: o “público não-estatal” [...] e seria também o espaço “natural” para esta atividade social. Neste sentido, o conceito de “terceiro setor” se expande recentemente, nas décadas de 80 e 90, a partir supostamente da necessidade de superação da dualidade público/privado e da equiparação público/estatal. (MONTAÑO, 2003, p. 55).

No que tange as entidades que compõem o terceiro setor, Montaño (2003), afirma que não há um consenso entre os pesquisadores sobre quais entidades compõem esse setor, uma vez que:

Para alguns, apenas incluem-se as *organizações formais* (cf. Salamon, *apud* Fernandes, 1994: 19); para outros, contam até as *atividades informais, individuais, ad hoc* (Fernandes, 1994: 26 e 109); para alguns outros, as *fundações empresariais* seriam excluídas

(Flacso, apud Acotto e Manzur, 2001); em outros casos, os *sindicatos*, os *movimentos políticos insurgentes*, as *seitas* etc. ora são considerados pertencentes, ora são excluídos do conceito. (MONTAÑO, 2003, p. 55, grifos do autor).

Cordeiro Nasser e Galhardi (2004) enfatizam que sob o aspecto legal, o Código Civil brasileiro apresenta duas formas tradicionais de organizações civis sem fins lucrativos: as fundações e as associações civis. A partir de 1987, a figura jurídica das fundações públicas foi adicionada a esse grupo inicial e posteriormente a legislação veio enriquecer o ordenamento original, acrescentando outras figuras jurídicas de organizações sem fins lucrativos.

De acordo com os autores acima citados, dentre as várias espécies associativas previstas no ordenamento legal brasileiro, as entidades ou organizações sem fins lucrativos podem se apresentar da seguinte forma: “fundações públicas ou privadas, associações ou sociedade civil, cooperativas e cooperativas sociais”. (CORDEIRO; NASSER; GALHARDI, 2004, p. 12). Desse modo, quando constituída sob uma dessas formas, algumas entidades podem requerer a determinados órgãos do poder público títulos e certificados que permitem que as organizações qualificadas usufruam certos benefícios fiscais.

Ainda sobre a regulamentação do setor sem fins lucrativos, Cordeiro, Nasser e Galhardi (2004), discorrem sobre a Lei n. 9.790/99, considerada como Lei do terceiro setor,

[...] surge como estratégia para qualificar entidades que não têm fins lucrativos e estão colocadas na comunidade com interesse exclusivamente público. A entidade reconhecida como qualificada na sua função beneficente e pública, poderá ser uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, depois de qualificada nos critérios legais e procedimentos de qualificação. (CORDEIRO; NASSER; GALHARDI, 2004, p. 25).

Segundo os autores acima citados, a criação da referida lei representa “[...] uma das formas para melhor organizar o sistema de trabalho de entidades e pessoas que atuam voluntariamente nas ações sociais”. (CORDEIRO; NASSER; GALHARDI, 2004, p. 25). Tem sido considerada como instrumento que favorece a relação da organização com as esferas representativas do Estado. O principal objetivo da lei consiste em diferenciar e qualificar as organizações que não têm fins lucrativos e são voltadas para o interesse público. De acordo com Cordeiro,

Nasser e Galhardi (2004), a principal inovação da lei é que esta institui o Termo de Parceria com o objetivo de obter maior transparência nas ações e menos burocracia nos acordos realizados entre as organizações e o governo.

Montaño (2003), afirma que, para que se compreenda realmente o fenômeno chamado terceiro setor é necessário que o debate acerca do mesmo esteja inserido no interior do processo de reestruturação do capital, particularmente no conjunto de reformas implementadas pelo Estado. Assim sendo, Montaño (2003), explicita o que vem a ser o terceiro setor:

[...] o que é chamado de “terceiro setor”, numa *perspectiva crítica e de totalidade*, refere-se a um fenômeno real, ao mesmo tempo inserido e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: *um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades)* para a função social de resposta à “*questão social*”, *seguindo os valores da solidariedade local, da auto-ajuda e da ajuda mútua*”. (MONTAÑO, 2003, p. 186, grifos do autor).

Após a reforma instituída no Estado brasileiro na década de 1990, apresentada e discutida no subitem 1.3 do primeiro capítulo, o Estado paulatinamente foi exercendo mecanismos de transferência de responsabilidades para o setor público não-estatal, denominado de terceiro setor, deixando a cargo deste a manutenção de serviços especialmente na área social, educação e saúde. Montaño (2003) enfatiza que “[...] alguma coisa está efetivamente ocorrendo na atualidade; a sociedade civil está desenvolvendo atividades antes atribuídas ao Estado [...]”. (MONTAÑO, 2003, p. 183).

Montaño (2003) considera que no processo de transferência das responsabilidades estatais, atribui-se ao próprio sujeito portador de necessidades a responsabilidade pela satisfação de suas demandas, uma vez que, este passa a vincular-se à auto-ajuda, à ajuda mútua, ou até passa a adquirir os serviços como mercadorias. Diante disso, Laurell afirma que:

[...] a privatização de políticas sociais só interessa na medida em que possam ser convertidas em processo econômico rentável; aquelas atividades e serviços sociais ou funções assistenciais que não representem um lucro interessante para a “iniciativa privada” serão mantidos no Estado, serão transferidas para o “terceiro setor” ou diretamente eliminadas [...]. (LAURELL, 1995, apud MONTAÑO, 2003, p. 190).

Viriato (2004), ressalta que em relação aos processos de mediações há totalmente um esvaziamento do Estado. O reconhecimento do Estado como agente fomentador da política social vai desaparecendo. A esfera do estatal é confundida com a do não-estatal.

3.2 MOVIMENTOS SOCIAIS E ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs): UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com Gohn (1997), no início dos anos de 1980, no Brasil falava-se em novos movimentos sociais, os quais se referiam aos movimentos sociais populares urbanos, especialmente aqueles que se vinculavam às práticas da Igreja Católica, articulada à Teologia da Libertação. A denominação tinha por objetivo contrapor os novos movimentos sociais aos ditos já velhos, como exemplo clássico as Sociedades Amigos de Bairros ou Associações de Moradores.

Gohn (1997) afirma que os novos movimentos sociais, demandavam não apenas bens e serviços necessários à sobrevivência cotidiana, característica principal dos movimentos populares que inscreviam suas demandas no campo dos direitos sociais tradicionais: “direito à vida, tendo acesso à comida, ao abrigo [...]”. (GOHN, 1997, p. 27). O novo nos movimentos ecológicos, das mulheres, entre outros, referia-se a um outro tipo de demanda, relativa aos direitos sociais modernos, “que apelam para a igualdade e a liberdade nas relações de raça, gênero e sexo”. (GOHN, 1997, p. 27).

A mesma autora destaca que o caráter “novo” dos movimentos sociais deve ser considerado como construtor de espaços de cidadania, nas novas leis que se estabeleceram no país, o maior exemplo disso, consiste na contribuição que os movimentos tiveram na conquista de diversos direitos sociais novos, os quais foram inscritos na Constituição brasileira de 1988.

Gohn (1997) ainda ressalta que nos anos de 1970 e até a metade de 1980, os movimentos sociais mantinham uma relação de aversão ao Estado, uma vez que neste período estava sob vigência o regime militar. Porém, ao longo dos anos de 1980, com a transição democrática, os movimentos tornaram-se interlocutores privilegiados com o Estado, e foram modificando sua postura. Nos

anos de 1990, duas tendências se fortalecem no cenário social, a saber: o crescimento das ONGs e as políticas de parcerias implementadas pelo poder público, especialmente ao nível do poder local.

Em referência às ONGs, a seguir apresentaremos algumas reflexões a partir dos estudos de Gohn (1997; 1999), que mostra aspectos relativos ao surgimento das ONGs e sua configuração no contexto atual.

Segundo Gohn (1997), a expressão ONG foi criada pela ONU na década de 1940, para designar entidades não oficiais que recebiam auxílio financeiro de órgãos públicos para executar projetos de interesse social, que eram pautados em uma filosofia de trabalho denominada “desenvolvimento de comunidade”.

Gohn (1997) destaca que o recorte da definição da ONU é dado pela estrutura jurídica ser ou não ser governo, pois as ONGs encontravam-se na esfera do privado. Assim sendo, observa-se que,

[...] Para várias ONGs contemporâneas, a conceituação das entidades não passa mais pelo recorte público-privado, pois teria ocorrido a emergência de um outro setor na esfera da organização geral da sociedade que seria o público-comunitário-não-estatal, vindo a se constituir no “terceiro setor” da economia, no plano informal [...]. (GOHN, 1997, p. 54).

Ainda em relação à conceituação de ONGs, Scherer-Warren (1995) as define como:

Organizações formais, privadas, porém com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços, e apoio material e logístico para populações-alvos específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global). (SCHERER-WARREN, 1995 apud GOHN, 1997, p. 55).

No que tange ao surgimento das ONGs, Gohn (1999) ressalta que no Brasil tais instituições encontraram outro campo de atuação, devido aos regimes políticos militares presentes nos anos de 1970 e parte de 1980. Segundo análise de Gohn (1999), surgem ONGs de luta contra o regime político, em virtude da questão dos presos políticos, torturas, etc. e ONGs para atuar no campo da organização

popular, de luta por direitos e condições mínimas de sobrevivência no tocante às necessidades básicas. De acordo com a autora, esses campos de atuação delinearão novos perfis às ONGs, as quais foram denominadas pela autora de ONGs cidadãs e militantes.

Gohn (1999) afirma que nos anos de 1990, o cenário das ONGs cidadãs latino-americanas se altera completamente. A mesma autora, considera que esse foi um momento de crise econômico-financeira. A mudança gerada na forma de financiamento alterou a atuação das ONGs e assim:

A escassez de recursos das agências de cooperação internacional e a mudança interna em seus critérios e diretrizes – de assessoria técnica para geradora de fundos financeiros – criou um cenário que levou à necessidade de elas gerarem recursos próprios e lutarem pelo acesso aos fundos públicos [...]. E alteraram seus procedimentos. Passaram a buscar a auto-suficiência financeira. Tiveram que encontrar/construir ou incrementar caminhos no setor de produção. (GOHN, 1999, p. 77).

Conforme a autora acima citada, outro resultado das mudanças de conjuntura das ONGs nesse período foi a necessidade de qualificação de seus quadros, o que fez com que as ONGs tivessem que se organizar, pois a palavra de ordem passou a ser eficiência e produtividade na administração de projetos sociais, para gerir recursos e garantir a sobrevivência das próprias instituições.

Gohn (1999) destaca que a crise das ONGs cidadãs e militantes nos anos de 1980 foram responsáveis pelo surgimento no cenário nacional, nos anos 90 de:

[...] outros tipos de entidades, próximas ao modelo norte-americano de *non-profits*, articuladas às políticas sociais neoliberais, dentro do espírito da filantropia empresarial, atuando em problemas cruciais da realidade nacional, como as crianças em situações de risco, alfabetização de jovens e adultos etc. Essas entidades não se colocaram contra o Estado, como as da fase anterior, originárias dos movimentos e mobilizações populares. Elas querem e buscam a parceria com o Estado. As novas entidades auto-denominam-se como terceiro setor, pois procuram definir-se pelo que são e não pelo que não são. (GOHN, 1999, p. 78).

Para Gohn (1999), o terceiro setor procura se firmar através de ações propositivas e afirmativas, buscando uma forma de desenvolvimento sustentável, o que não ocorria com as ONGs dos anos de 1980, que queriam ser auto-sustentáveis.

Diante dessas considerações, Gohn (1999), ressalta o papel das ONGs em relação ao Estado da seguinte forma: se, num primeiro momento tais entidades surgem com uma característica de oposição ao Estado, rapidamente estas modificam seu discurso, passando a enfatizar as políticas de parceria com o Estado, mostrando que se encontra em uma nova fase.

Conforme já citado por Montaño (2003), o desenvolvimento do terceiro setor e conseqüentemente das ONGs, deve ser entendido a partir da reestruturação capitalista e através da reforma realizada pelo Estado brasileiro na década de 1990, as quais, paulatinamente, foram instituindo ao terceiro setor, responsabilidades para com as questões sociais, entre as quais, destaca-se a educação.

3.3 As ONGs e sua atuação em ações educativas não formais

De acordo com Gohn (1999), as ONGs via terceiro setor representadas pela comunidade local organizada, passaram a atuar em parceria com o poder público na condução de programas destinados às áreas sociais, como: “educação, saúde, saneamento, meio ambiente, geração de renda, etc”. (GOHN, 1999, p. 17). Assim sendo, observa-se que as ONGs entraram para a agenda das políticas sociais, na educação, por exemplo, atuam em:

[...] programas com meninos e meninas nas ruas, jovens/adolescentes em situação de risco face o mundo das drogas, treinamento e capacitação de profissionais da rede escolar, creches e/ou escolas de educação infantil, campanhas e programas de educação para os direitos humanos, civilidade no trânsito, prevenção de doenças e da AIDS, educação ambiental, etc. (GOHN, 1999, p. 17).

No que tange a educação, observa-se na afirmação acima feita por Gohn (1999), que as ONGs concentram-se em oferecer um tipo de educação diferente daquela que acontece na instituição escolar, denominada de educação não-formal.

Gohn (1999) afirma que a educação não-formal define-se por uma ausência, em comparação ao que existe na escola, algo que seria não-intencional,

não-planejado, não-estruturado. Porém, a mesma autora conclui que os únicos elementos diferenciadores referem-se à organização e à estrutura do processo de aprendizado. Assim sendo, observa-se que as categorias de espaço e tempo têm novos enfoques na educação não-formal, pois, o tempo da aprendizagem não é fixado “a priori” e são respeitadas as diferenças existentes em relação à apreensão dos conteúdos no processo de ensino-aprendizagem. Gohn (1999) ressalta que na educação não-formal, o objetivo principal consiste em promover a cidadania e a mesma é pensada em termos coletivos.

A autora acima citada ressalta que são múltiplos os espaços nos quais se desenvolvem atividades da educação não-formal, entre eles destacam-se: o bairro-associação, as organizações que coordenam os movimentos sociais, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as ONGs, entre outros.

Em virtude dessas considerações, pode-se constatar que a sociedade civil organizada, denominada de terceiro setor, tem participado de forma expressiva no encaminhamento das questões sociais, tendo como parceiro principal o Estado. A seguir, será explicitado o sentido que esta participação tão propalada adquiriu no contexto atual.

4 CAPÍTULO III – PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL EM AÇÕES EDUCATIVAS: APROXIMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DO SIGNIFICADO DA PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO ATUAL

Este capítulo tem por objetivo explicitar a trajetória da participação da sociedade civil no período anterior a reforma do Estado, assim como no período posterior a implementação da mesma. Busca-se problematizar a questão da participação, como também compreender como esta ocorre no âmbito educativo.

4.1 A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL ANTES DA REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO NA DÉCADA DE 1990

Conforme apresentado e discutido no subitem 2.1 do segundo capítulo, na perspectiva de Gohn (1997) nos anos de 1970 até a metade de 1980 a representação social ocorria em grande escala por meio dos movimentos sociais combativos, que reivindicavam autonomia e independência em relação ao Estado. Neste período, estava em vigência o regime militar.

Segundo Gohn (1997), nessa época, os movimentos sociais responsabilizaram o Estado pela situação de precariedade em que viviam e pela falta de serviços públicos como saúde, educação, saneamento, eletricidade, entre outros, utilizando-se dos mais variados recursos de pressão como passeatas, reuniões, comícios, ocupação de órgãos públicos, etc.

De acordo com Gohn (2001), nos anos de 1980, a participação realizada pela sociedade civil gerou muitos frutos, não no sentido de conquistas imediatas, mas sim, no sentido de instaurar uma nova “racionalidade no social”, a de que os cidadãos têm o direito de participar das questões que lhe dizem respeito. Este é o grande legado dos anos de 1980, particularmente em termos de Brasil.

Gohn (2001), ainda ressalta que muito mais que conquistas de bens, melhorias na qualidade de vida, o grande saldo dos anos de 1980 consistiu na

demarcação de espaços para a voz dos não governantes, em questões que os governantes têm o poder de decidir.

Ainda segundo Gohn (1997), ao longo dos anos de 1980, com a transição democrática e a conseqüente conquista de vários direitos, os movimentos foram assumindo uma nova postura, passaram a ser aliados e parceiros do Estado deixando evidente que estavam em uma nova fase.

Diante desse contexto, Silva (2003) ressalta que as experiências de participação dos movimentos populares passaram por mutações devido a transformações políticas e econômicas e ao entrarem em contato com a institucionalidade, desviaram-se de sua proposta inicial de tal maneira, que se chegou ao ano 2000 com formas de participação pouco similares às experiências dos movimentos sociais do final da década de 1970.

4.2 O QUE É PARTICIPAÇÃO? PROBLEMATIZANDO A QUESTÃO

A fim de compreendermos como tem se dado à participação da sociedade civil na atualidade, apresentaremos uma breve discussão acerca do que compreendemos por participação com o intuito de problematizarmos e compreendermos a questão.

Bordenave (1994) apresenta algumas considerações acerca da conceituação e dos tipos de participação existentes. Num primeiro momento, o autor afirma que a participação é uma necessidade fundamental do ser humano, assim como o são, por exemplo, o ato de dormir e se alimentar. Bordenave (1994) ainda afirma que a participação é própria da natureza social do homem e, assim sendo, ela o acompanha no processo de sua evolução, desde a tribo e o clã até os dias de hoje, nas associações, empresas, partidos políticos, entre outros.

O mesmo autor apresenta duas bases complementares da participação: “uma base *afetiva* – participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com outros – e uma base *instrumental* – participamos porque fazer coisas com outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinhos”. (BORDENAVE, 1994, p. 16, grifos do autor). O autor também faz um alerta para que não haja o predomínio de uma base sobre a outra e, sim, o equilíbrio entre ambas.

Segundo Bordenave (1994), participar em diferentes níveis consiste, portanto, em fazer parte, tomar parte e ter parte. Fazer parte é participar de forma passiva, ou seja, em um nível menos elevado, visto que “é possível fazer parte sem tomar parte, eis a diferença entre a participação *passiva* e a participação *ativa*, a distância entre o cidadão inerte e o cidadão engajado”. (BORDENAVE, 1994, p. 22, grifos do autor). Ter parte, portanto, é uma diferença qualitativa na participação, pois, o indivíduo que toma parte, que é participante ativo, sente-se comprometido e responsável pelo grupo ao qual pertence. Assim sendo, Bordenave (1994) enfatiza que, “a prova de fogo da participação não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte”. (BORDENAVE, 1994, p. 23).

No que diz respeito à insatisfação com a democracia representativa, Bordenave (1994) alerta para o fato de que os cidadãos desejam cada vez mais tomar parte no processo de decisões e não somente nas eleições periódicas, assim sendo,

A democracia participativa seria então aquela em que os cidadãos sentem que, por “fazerem parte” da nação, “têm parte” real na sua condução e por isso “tomam parte” – cada qual em seu ambiente – na construção de uma nova sociedade da qual se “sentem parte”. (BORDENAVE, 1994, p. 23).

Bordenave (1994) também diferencia a participação em dois níveis: micro e macro participação. Para esse autor, “o cidadão além de participar em nível micro na família e nas associações, também participa em nível macro quando intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo.” (BORDENAVE, 1994, p. 24).

Além dos níveis de micro e macro participação, Bordenave (1994), caracteriza vários tipos de participação. Ele chama de *participação de fato* a participação que os homens tiveram desde as comunidades primitivas, tanto na família nuclear e do clã, assim como, na caça, pesca e agricultura, culto, recreação e defendendo-se dos inimigos. Um segundo tipo seria o de *participação espontânea*, esta se refere à participação das pessoas em grupos de amigos, de vizinhos, os quais não apresentam uma organização estável ou propósitos claros e definidos, a não ser os de carência afetiva, psicológica e prestígio social.

Outra forma de participação é a *imposta*. Nesta, os indivíduos são obrigados a desenvolverem atividades tidas como indispensáveis, como exemplo, a

disciplina escolar, o serviço militar, entre outras. Na *participação voluntária*, são os próprios participantes que criam, planejam e estruturam o grupo, tem-se como exemplo, as cooperativas, as associações, os partidos políticos, entre outros. O autor citado, ainda destaca que a participação voluntária pode ser: *provocada* por agentes externos que auxiliam os indivíduos na realização dos seus objetivos, ou, pode ser *manipulada* dirigida no intuito de que os objetivos previamente estabelecidos por quem manipula possam ser alcançados. E por fim, Bordenave (1994) apresenta a *participação concedida*, esta é tida como legítima tanto pelos subordinados, quanto pelos superiores. Pois, quem concede a participação aos subordinados são os superiores. Assim sendo, tem-se como exemplo, os empregados que participam no lucro de determinadas empresas. Este é o tipo de participação que interessa aos detentores do poder.

Segundo Gohn (2005), a participação efetiva na sociedade deve estar pautada em princípios que auxiliem a formação da consciência crítica dos cidadãos, para que assim, seja possível obter a transformação social. Este tipo de participação pode ser reconhecido através da postura assumida pelos movimentos populares nos anos de 1980, os quais reivindicavam de forma um pouco mais incisiva por suas demandas.

Diante da análise apresentada por Bordenave (1994) sobre os níveis de participação, ainda é possível identificar a participação dos movimentos populares com o nível “tomar parte”, pois este se refere à participação do cidadão engajado, aquele que se sente comprometido e responsável pelo grupo que pertence e que, conseqüentemente, luta de forma ativa por seus interesses.

Entretanto, a participação requerida nos anos de 1990, particularmente, após a reforma do Estado, esteve pautada segundo Viriato (2004), em princípios de solidariedade e voluntariado, favorecendo desta forma, o projeto de reforma neoliberal que tem como foco a responsabilização da sociedade civil pela prestação de serviços principalmente na área social.

Diante do exposto, constata-se que há vários tipos de participação. Entretanto, Gohn (2005) enfatiza a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um determinado grupo, desenvolvendo nele uma consciência crítica que possibilite criar novos valores e uma cultura política nova. Este tipo de participação, segundo a autora, deve levar à mudança e à transformação social.

A seguir, apresentaremos alguns aspectos relevantes em relação à participação da sociedade civil no âmbito educativo.

4.3 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO ÂMBITO EDUCATIVO

Como já observado em considerações anteriores, a educação sofreu grande influência da reforma instituída nos anos de 1990, uma vez que, o Estado diversificou a distribuição de responsabilidades para com o setor educacional, apelando principalmente para a participação comunitária, para o voluntariado, para as parcerias, entre outras.

Segundo Viriato (2004), esta forma diversificada de organizar e gerir o sistema educacional modifica consideravelmente a atuação do Estado no que tange ao seu financiamento e manutenção, pois produz novos agentes sociais que, em nome da participação, da democracia, passam a assumir responsabilidades que antes pertenciam ao Estado.

Um grande exemplo da presença desses novos agentes sociais no cenário educativo formal pode ser verificado através do projeto Amigos da Escola², o qual foi criado pela Rede Globo em 1999 com o propósito de contribuir para o fortalecimento da educação e da escola pública de educação básica. Porém, é possível identificar, que o projeto utiliza a força mobilizadora da emissora Rede Globo de Televisão, para sensibilizar a sociedade civil e a comunidade escolar a darem sua contribuição para a melhoria da escola pública, uma vez que, esta contribuição pode ser traduzida na participação “voluntária” da população, ou seja, dos novos agentes sociais no desenvolvimento de ações educacionais complementares à educação formal, como também, realizam todo tipo de atividade dentro da instituição, como exemplo: mães de alunos que tenham disponibilidade estão ajudando na preparação da merenda; na limpeza; pais que trabalham como pintores estão ajudando na restauração da escola, entre muitas outras atividades que a comunidade vem realizando no âmbito educativo.

² Maiores informações podem ser encontradas no *site* <www.amigosdaescola.com.br>.

Segundo Calderón (2007), o projeto proposto pela Rede Globo, surgiu em um momento caracterizado pela hegemonia de uma ideologia centrada no chamado terceiro setor e em sua importância para o enfrentamento dos principais problemas sociais do país. Tal projeto foi lançado no auge das ações de estímulo ao voluntariado, distinguiu-se de outras campanhas por conclamar ajuda a um serviço público estatal.

Apesar da hegemonia ideológica do voluntariado e do terceiro setor, atores do cenário educacional comprometidos politicamente com a construção de uma escola pública e de qualidade para todos, condensaram suas vozes, sustentando um posicionamento crítico no que se refere às ações empreendidas pelo referido projeto. Calderón (2007) elenca algumas observações desses profissionais da educação, as quais têm por objetivo, desmascarar os interesses ocultos presentes no projeto.

Assim, destaca: a desresponsabilização do Estado na medida em que, através da ação voluntária, transfere à sociedade a responsabilidade pela manutenção das escolas; a desvalorização dos profissionais da educação, uma vez que, qualquer cidadão poderia substituí-los; a criação de um ambiente favorável para justificar a redução dos investimentos estatais, uma vez que existem pessoas disponíveis e com boa vontade para assumirem as obrigações do Estado; o incentivo à participação de voluntários em áreas que necessitam de preparo e formação específica, tais como: Educação Física, Arte, reforço escolar, etc; as conseqüências negativas para a educação dos alunos, uma vez que, seriam formados por pessoas que não foram preparadas para este fim.

De acordo com estudo realizado por Aoyama, Silva e Perrude (2003), no contexto de reforma do Estado na década de 1990, a participação é ressignificada a partir de princípios neoliberais caracterizada pelo imediatismo, camuflando uma relação de poder desigual, de conteúdo ideológico. Assim, ao invés da participação se tornar o alicerce para a construção de uma sociedade democrática, participativa, segundo Bobbio (1989), citado pelas autoras acima, ela se torna instrumento fundamental para a minimização do papel do Estado nas políticas sociais. As autoras ainda ressaltam que, o conceito de participação é ressignificado, sendo usado para justificar e operacionalizar planos, ações e projetos de governo.

No entanto, a participação da sociedade em ações educativas não-formais ocorre, em grande parte, nas ONGs, as quais tiveram grande destaque nos anos de 1990. As atividades desenvolvidas nesses espaços têm por objetivo complementar a educação ofertada na escola, uma vez que, uma das condições para o ingresso nessas instituições, consiste no fato do aluno estar matriculado na rede regular de ensino, ter boas notas e não faltar às aulas.

Gohn (1999) ressalta que as ações desenvolvidas nos espaços de educação não-formal contemplam o atendimento às crianças e adolescentes que vivem nas ruas em situação de risco, campanhas de educação para os direitos humanos, prevenção de doenças, civilidade no trânsito, etc.

Nessa perspectiva, observa-se que hoje há o compartilhamento de responsabilidades na manutenção do ensino, pois o Estado vai criando mecanismos de transferência de responsabilidades para a sociedade civil, no que se refere à oferta dos serviços educacionais.

Assim sendo, pode-se perceber, como já citado por Viriato (2004), que por trás da transferência de responsabilidades, está presente a cultura da responsabilização do indivíduo por sua situação ou condição social, e uma nova forma de enfrentar os problemas imediatos: a solidariedade e o voluntariado.

4.4 PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL APÓS A REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO: UMA NOVA FORMA DE PARTICIPAR E INTERVIR NA ÁREA SOCIAL OU UMA FORMA DE Esvaziar o SIGNIFICADO DA PARTICIPAÇÃO?

Como já discutido por Rizzotto e Conterno (2001) no subitem 1.3 do primeiro capítulo, a reforma implementada pelo Estado brasileiro na década de 1990, embora centrada no âmbito administrativo, teve implicações nos setores econômico, político e ideológico, resultando na redefinição das funções do Estado em todas as suas dimensões.

Retomando o documento intitulado Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995), é possível identificar os esforços que o Estado empreendeu em prol de sua desresponsabilização para com a área social. Este documento prevê que:

[...] a “publicização” dos serviços não-exclusivos do Estado, ou seja, sua transferência do setor estatal para o público não-estatal, onde assumirão a forma de “organizações sociais”. O Projeto das Organizações Sociais tem como objetivo permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado, a partir do pressuposto que esses serviços serão mais eficientemente realizados se, mantendo o financiamento do Estado, forem realizados pelo setor público não-estatal. (BRASIL, 1995, p. 60).

As organizações sociais acima citadas referem-se às entidades que compõem o terceiro setor. Tais entidades, como já mencionado por Gohn (1999), passaram a atuar em parceria com o Estado na manutenção de serviços em áreas relevantes, como: educação, saúde, saneamento, entre outras. Diante disso, observa-se que o ideal de publicização presente no documento acima citado acabou efetivando-se concretamente.

Silva (2003), ao analisar a forma de participação das organizações sociais a partir da reforma estatal, destaca que:

[...] a criação das *organizações sociais* é um movimento induzido e imposto pelo projeto de reforma do Estado como uma nova modalidade de execução das políticas estatais, desmantelando todo um sistema público nacional e universal de prestação de serviços, edificado, principalmente, a partir da Constituição de 1988. (SILVA, 2003, p. 104-105).

Na perspectiva do Plano Diretor (1995), a participação das organizações sociais é pensada da seguinte forma:

[...] busca-se através das organizações sociais uma maior participação social, na medida em que elas são objeto de um controle direto da sociedade através de seus conselhos de administração recrutado no nível da comunidade à qual a organização serve. Adicionalmente se busca uma *maior parceria com a sociedade*, que deverá financiar uma parte menor mas significativa dos custos dos serviços prestados. (BRASIL, 1995, p. 60, grifos nossos).

Silva (2003), enfatiza que a proposta de participação das organizações sociais surge como uma alternativa de resgate da sociedade civil, em uma relação de co-responsabilidade e de divisão de tarefas com o Estado para a solução das crises econômica e social.

Em um documento do Banco Mundial, intitulado: “Do confronto à colaboração: Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no

Brasil” (2000), pode-se constatar a presença de princípios neoliberais, uma vez que, a partir dos anos de 1990, o Banco Mundial assim como o governo brasileiro, passaram a defender de maneira enfática, a participação da sociedade civil na promoção do desenvolvimento social, ou seja, auxiliando na realização de serviços que competem à alçada do setor público estatal. Neste documento, o Banco Mundial avalia a sociedade civil brasileira da seguinte forma:

[...] o Brasil tem uma sociedade civil vibrante e cada vez mais influente. Trata-se de uma sociedade civil multi-facetária, capaz e, de modo geral, bem sucedida na organização e promoção do desenvolvimento em nível local. (BRASIL, 2000, p. 5).

O Banco Mundial ressalta que tem financiado muitos projetos no Brasil, os quais são canalizados à sociedade civil através de fundos de pequenos projetos administrados pelo governo em áreas temáticas como: meio ambiente, saúde, pobreza rural, entre outras. Por fim, o Banco enfatiza que a participação da sociedade civil, contribui para o melhor desempenho de projetos de desenvolvimento potencializando os seus impactos sociais.

Diante dessas afirmações, fica evidente que existe, por parte dos organismos internacionais, como o próprio Banco Mundial, um esforço no sentido de promover e incentivar a participação da sociedade civil no que respeita a ações no campo da educação, bem como é possível identificar como o governo brasileiro busca incentivar a sociedade civil a tomar parte em projetos e ações antes reservados à sua esfera, passando a consolidar o novo modelo de prestação dos serviços públicos, ou seja, para a consolidação da publicização.

Assim sendo, Silva (2003) destaca que no Brasil, o Estado abdica de manter um sistema de prestação de serviços, transferindo-os às organizações sociais. A autora ainda ressalta que, devido a essa postura neoliberal do Estado, os cidadãos vivenciam a individualização dos direitos sociais, a intensificação à mercantilização dos serviços, transferindo para o mercado a realização dessas necessidades. O cidadão deixa de compartilhar direitos iguais e universais, enquanto isso, a disponibilidade financeira determina o “direito” de ter acesso aos serviços públicos.

De acordo com Silva (2003), o vácuo deixado pela retirada do Estado dos serviços de proteção social foi preenchido pelas ONGs, na maioria das vezes, através de práticas assistencialistas ou servindo de suporte material para as

políticas neoliberais na condição de participantes de um espaço que se situa entre o público e o privado, chamado de público não-estatal. Essas organizações, ao serem alçadas à condição de agentes de mediação entre o Estado e os sujeitos políticos, promovem a desmobilização dos movimentos sociais, assim como, obscurecem o processo de privatização dos serviços públicos.

Silva (2003) também indica que o cerne do cenário dos anos de 1990 é dado pela ideologia neoliberal, de tal maneira, que todo o desmonte do Estado e as inovações nos processos de trabalho sejam apresentados como uma nova era de liberdade e de valorização da sociedade civil, em cujo espaço, supostamente, constrói-se um novo cidadão que não mede esforços para tornar-se independente financeiramente. As parcerias com as ONGs aparecem como alternativa à rigidez burocrática do Estado, com o pressuposto de trazer agilidade às ações do Estado em sua aparente preocupação de manter-se mais próximo do cidadão.

Em virtude dessas considerações, cabe ressaltar que a partir dos anos de 1990 a sociedade civil passou a participar de forma expressiva no encaminhamento das questões na área social, devido à estratégia de reforma implementada pelo Estado brasileiro neste período.

Assim como já visto anteriormente, no governo de FHC houve um processo de revalorização da sociedade civil, verificada através do incentivo dado às organizações sociais, as quais passaram a atuar em prol da resolução de vários problemas sociais. Essa transferência de responsabilidades do setor estatal para a sociedade é tida como uma das conseqüências do desmantelamento das políticas sociais, o qual teve como princípio orientador o ideário neoliberal, que vem destruindo paulatinamente vários direitos conquistados pelos cidadãos e ressignificando, no plano ideológico, o significado da participação da sociedade civil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos nessa parte final do trabalho nossas reflexões acerca da temática estudada, qual seja, a reforma do Estado brasileiro na década de 1990 e os seus principais desdobramentos no que tange a participação da sociedade civil em ações educativas, buscando responder aos objetivos deste estudo.

De acordo com estudo realizado por Rizzotto e Conterno (2001), na década de 1990, o Estado brasileiro passou por um amplo processo de redefinição e de reformas, que embora centrado no âmbito administrativo-institucional, teve repercussões nos setores: econômico, político e ideológico, ocasionando na redefinição das funções do Estado em todas as suas dimensões, inclusive no setor educacional, como pode ser observado no decorrer deste trabalho.

Acreditamos que o setor educacional sofreu forte influência do ideário neoliberal no período em questão, passando a caminhar paralelamente às formulações propostas por organismos internacionais, conforme visto no primeiro capítulo desse trabalho.

Entre as entidades que compõem o terceiro setor destaca-se as ONGs (Organizações Não-Governamentais), que passaram a compor a agenda das políticas sociais. Na educação, por exemplo, desenvolvem atividades complementares a educação formal, denominada de educação não-formal. Nesta modalidade educativa tais entidades atuam com o objetivo de amenizar parte dos problemas sociais, assim como, realizam trabalhos de orientação sobre aspectos relevantes para a vida da população, especialmente de baixa renda. Gohn (1999) cita os programas com meninos e meninas nas ruas, jovens em situação de risco face ao mundo das drogas, campanhas e programas de educação para os direitos humanos, civildade no trânsito, prevenção de doenças, educação ambiental, entre outros, como sendo foco do trabalho a ser desenvolvido com o apoio da sociedade civil.

Segundo Viriato (2004), devido ao caráter de publicização imposto pela reforma, o qual se refere à transferência de responsabilidades do setor estatal para a esfera pública não-estatal, denominada de terceiro setor, a década de 1990, também ficou marcada pela participação da sociedade civil na manutenção de serviços na área social, como exemplo, educação e saúde.

Observa-se que a sociedade civil vem desempenhando muitas funções que competem à alçada do Estado, tornando-se dessa forma, funcional ao projeto de reforma neoliberal implementado na década de 1990, o qual acabou por consolidar seu objetivo de publicização dos serviços sociais, assim como desencadeou a proliferação de espaços que trabalham com a promoção das questões sociais. Dentre as quais, destaca-se a educação não-formal, como já visto no segundo capítulo.

Neste sentido, como conseqüência da reforma do Estado, observamos a presença da sociedade civil no desenvolvimento de ações no campo educativo, cabendo, portanto, questionarmos a concepção de participação pensada, haja vista os objetivos sob os quais têm se pautado os princípios da participação no contexto atual.

Como já citado no terceiro capítulo por Aoyama, Silva e Perrude (2003), no contexto de reforma do Estado, a participação é ressignificada a partir de pressupostos neoliberais, caracterizada pelo imediatismo, camuflando uma relação de poder desigual, de conteúdo ideológico.

No exemplo dado no terceiro capítulo sobre a participação da sociedade no âmbito educativo formal, tem-se o projeto Amigos da Escola, que de acordo com Calderón (2007), surgiu no ano de 1999, em um momento caracterizado pela hegemonia de uma ideologia centrada no terceiro setor e em sua importância para o enfrentamento dos principais problemas sociais do país. Tal projeto, ainda foi lançado no auge das ações de estímulo ao voluntariado. Calderón (2007) ainda ressalta que alguns profissionais da educação denunciavam a vinculação do projeto Amigos da Escola a uma estratégia do governo Fernando Henrique Cardoso para criar condições favoráveis à implantação de políticas públicas de caráter neoliberal. As ações empreendidas pelo referido projeto são trágicas e representam uma violência à educação do alunado, o qual, cada vez mais, está sujeito a uma educação precária.

Já a participação da sociedade em ações educativas não-formais, ocorreram, em grande parte, nas ONGs e tiveram grande destaque nos anos de 1990, devido a hegemonia do terceiro setor neste período. As ações desenvolvidas nesses espaços têm por objetivo amenizar parte dos problemas sociais, uma vez que, não busca sanar as demandas sociais e educacionais das crianças e jovens que freqüentam estas instituições. Diante disso Viriato (2004) afirma que o Estado a

partir da reforma diversificou a distribuição de responsabilidades no que se refere ao setor educacional, apelando principalmente para a participação comunitária, para o voluntariado, para as parcerias, entre outras.

O foco deste trabalho esteve pautado na análise de como a reforma do Estado brasileiro na década de 1990 contribuiu para a ampliação da participação da sociedade civil em ações educativas. No decorrer das discussões realizadas neste trabalho, foi possível compreendermos os condicionantes que favoreceram o aumento da participação da sociedade civil no período citado. Cabe destacar que a participação no contexto pós-reforma, conforme o estudo realizado perdeu seu sentido real.

No campo educativo, seja ele formal ou não-formal, observa-se a partir dos anos de 1990, a participação expressiva da sociedade civil no desenvolvimento de ações educacionais, participação esta, pautada sob princípios neoliberais, uma vez que, a intencionalidade não é de fato o envolvimento com as questões mais efetivas da educação, mas, sim, a resolução de problemas na esfera educativa de forma mais imediata.

Em virtude dessas considerações, cabe ressaltar que, para o futuro pedagogo, é importante conhecer o significado da participação da sociedade civil nas questões educacionais no contexto dos anos de 1990, pois como já citado por Aoyama, Silva e Perrude (2003), ao invés da participação se tornar a matriz para a construção de uma sociedade democrática, participativa, ela acaba tornando-se um instrumento para a minimização do papel do Estado nas políticas sociais.

Cabe destacar que o estudo em questão não pretendeu esgotar a discussão proposta, pelo contrário, temos compreensão sobre os limites desse estudo, mas entendemos que o mesmo propiciou, senão um aprofundamento, ao menos uma aproximação da temática, a qual pretendemos, em estudos posteriores, dar continuidade.

6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho numa ordem neoliberal. In: PARO, Vitor; DOURADO, Luiz Fernando. **Políticas públicas e educação básica**. São Paulo: Xamã, 2001.

AOYAMA, Ana Lucia Ferreira; SILVA, Isabelle Fiorelli; PERRUDE, Marleide Rodrigues da Silva. Participação: conceito, condicionantes, perspectivas e a proposta do Estado do Paraná. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães; RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon (Org.). **Estado e políticas sociais: Brasil-Paraná**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2003.

BANCO MUNDIAL. **Do confronto à colaboração**: Relações entre a Sociedade Civil, o Governo e o Banco Mundial no Brasil. Washington, D. C., 2000. In: <http://www.bancomundial.org.br>. Acesso em 12/08/09.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. Presidência da República. MARE. Câmara de reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho**. Brasília, 1995.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. Amigos da escola: ações e reações no cenário educacional. In: Anais da 30ª Reunião Anual da Anped – *Anped: 30 anos de pesquisa e compromisso social*. Rio de Janeiro: Anped, 2007, p. 1-18.

CORDEIRO, Alexandre; NASSER, José Eduardo; GALHARDI, Luis Cláudio. Organizações do Terceiro Setor. **Cadernos Setoriais**, n. 12. Disponível em: <http://www.codel.londrina.pr.gov.br/indexCadernos.asp>. Acesso em 20/05/09.

DRAIBE, Sônia M. As políticas sociais e o neoliberalismo: reflexões suscitadas pelas experiências latino-americanas. **Revista USP**, São Paulo, n.17, p. 86-101, mar./abr./mai., 1993.

FERNANDES, Rubem César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERNANDES, Rubem César. O que é o terceiro setor?. In: IOSCHPE, Evelyn Berg (Org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. São Paulo: Cortez, 1999. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 71).

_____. **Movimentos sociais e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 5).

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 123).

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1994.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Projeto Amigos da Escola. Disponível em: <<http://www.amigosdaescola.com.br>>. Acesso em 25/09/09.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon; CONTERNO, Solange de Fátima Reis. A reforma do setor de saúde nos anos 90: desdobramento da reforma do Estado brasileiro. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org.). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SILVA JUNIOR, João dos Reis. **Reforma do Estado e da educação no Brasil de FHC**. São Paulo: Xamã, 2002.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na “reforma” do estado**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 103).

VIEIRA, Sofia Lerche. Neoliberalismo, privatização e educação no Brasil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org.). **Política educacional: impasses e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

VIRIATO, Edaguimar Orquizas. Estado, política educacional e o terceiro setor. Anais do Congresso Internacional de Educação e desenvolvimento humano. Maringá, PR: UEM, 2004.